

O tema do STF de número 736 trata sobre a Constitucionalidade da multa prevista no art. 170, V, da Lei 9.733/1998 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.

O tema do STF de número 736 afirma que é inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.